

O DISCURSO RELIGIOSO E A POLÍTICA CONSERVADORA

Edson Elias de Moraes¹

É pública e notória a expansão da religiosidade em solo brasileiro, contradizendo as teses sociológicas, também Iluministas, da secularização mediante o avanço das ciências Positivas (Mariano, 2004; Marramao, 1995). Nas décadas de 1950/60 sociólogos da religião argumentavam tenazmente sobre o processo de secularização como fato inexorável, contudo Peter Berger revendo tais teses, inclusive sua própria, afirma que “o mundo continua massivamente religioso” (Berger, 2000, p. 16). Isso se confirma a partir das estatísticas do Censo de 2000 (IBGE) que demonstram o crescimento contínuo dos mais diversificados grupos religiosos², mostram também o aparecimento do grupo classificado na categoria *sem-religião* (7,4%), contudo, não necessariamente sem religiosidade.

O crescimento numérico de fiéis cristãos, principalmente evangélicos³, estimulou o ingresso de cristãos nas eleições e na carreira política brasileira e tem se tornado cada vez mais expressivo. No processo de pesquisa encontramos a notícia de Dan Martins, colunista do *site Gospel Mais*⁴, afirmando que “mesmo não sendo parte de um único partido político, o grupo [evangélico], que cresceu mais de 50% nas últimas eleições (2010) e tem conseguido algumas vitórias em assuntos que suscitam polêmicas, já é considerado um dos mais influentes do cenário político nacional” (Martins, 2012). Segundo a mesma fonte, a Frente Parlamentar Evangélica é composta por oitenta e seis membros divididos entre quatorze denominações, dentre os quais pertencem aos mais variados partidos políticos. Ressalvando que esses números se referem apenas a Câmara dos Deputados no pleito de 2010.

Diante desse crescimento o discurso evangélico se fortalece ainda mais quando associado à bancada católica para lutar contra projetos de lei que, segundo eles, ferem os princípios da moralidade cristã. Sendo assim, é de suma importância analisar os discursos de lideranças religiosas em ano eleitoral sobre as campanhas políticas, uma vez que qualquer membro é cidadão civil e têm obrigatoriedade de votar. De certa forma o pronunciamento dos líderes evangélicos são norteadores para as tomadas de decisões que, segundo eles, devem sempre ser respaldadas nos princípios cristãos. Desta forma, este trabalho analisou a prática discursiva religiosa acerca da política brasileira, a partir do pronunciamento oficial pastor Davi de Souza, da Igreja Nova Aliança, na cidade de Londrina-PR.

Segundo a história oficial, disponível no *site* da instituição⁵, a Igreja Nova Aliança foi fundada pelo pastor Samuel de Souza em 1963 na cidade de Londrina-PR, que pastoreou diversas igrejas em São Paulo. Sua prática religiosa é semelhante à das igrejas pentecostais com forte ênfase na libertação (de demônios) e cura divina. As práticas evangelísticas aconteciam em praças públicas, campos de futebol, teatros e tendas de lona. Além delas, a igreja ainda mantinha um programa de rádio no intuito, também, da evangelização, chamado de *Ecos do Calvário*.

Em 1993 o filho do pastor Samuel, Davi de Souza, assumiu a liderança da igreja em Londrina. Davi - formado em Engenharia Mecânica, Teologia e Doutorado em Ministério⁶ - juntamente com seu pai é membro do *Ministers Fellowship Internacional*⁷, que é uma corporação de líderes evangélicos de igrejas independentes que comungam de uma mesma visão, com sede nos EUA. Sob a liderança de Davi de Souza, em 1998, conseguiram adquirir um grande terreno na área central da cidade, onde construíram um templo maior com características de *comunidade*, isto é, templo religioso sem características tradicionais, tanto que se chamava Comunidade Nova Aliança, recentemente modificaram para Igreja Nova Aliança.

No decênio de 2000, iniciaram uma reforma de ampliação do templo com características de *megaigreja*, à semelhança das grandes igrejas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A igreja Nova Aliança conta com uma média de três mil membros, cuja maioria é transferida de outras igrejas evangélicas. A partir de 1998 o pastor Davi de Souza introduziu o projeto *Igreja em Células*⁸, que promoveu grande crescimento numérico. Hoje a Igreja Nova Aliança está espalhada em seis cidades diferentes, e mais sete Comunidades evangélicas com nomes distintos, muito provavelmente igrejas que pertencem a outros pastores, porém mantém ligação com a família Souza, uma espécie de *cobertura espiritual*.

Ao longo da pesquisa de campo foi possível descrever que os cultos e o estilo *gospel* compõem os seguintes aspectos: ênfase nas manifestações do Espírito Santo, curas emocionais, apreço pelo êxtase ao som de canções melódicas e efeitos de luzes e penumbra durante o louvor. Com essas características atrai grande quantidade de pessoas e desperta a curiosidade de outras tantas, quando comparada com suas igrejas com músicos menos preparados e qualidade de som precária, ou mesmo estilo de celebração mais tradicional.

Segundo a tipologia de Ricardo Mariano, podemos classificar esta igreja como “deuteropentecostal” ou igreja de “segunda onda” considerando seus primeiros anos de

atuação. Pois Mariano afirma que o “deuteropentecostalismo” se desenvolveu particularmente a partir dos anos de 1950 na cidade de São Paulo, utilizava meios de comunicação de massa, ênfase nas curas divinas, apelo a expressividade emocional e evangelização itinerante (praças, estádio de futebol, teatros, tendas etc.) (Mariano, 2010, p. 34), aspectos ressaltados pela própria instituição em seu *site*. Atualmente, as práticas estão mais próximas da chamada “cultura *Gospel*”, talvez influenciadas pelo *Ministers Fellowship Internacional*.

Nosso *corpus* de análise foi o texto escrito e o vídeo de seu pronunciamento sobre “*visão e posicionamento do Presbitério da Igreja Nova Aliança de Londrina*”, feito no dia 22 de setembro de 2010⁹. Como teoria e método de análise recorreremos a bibliografia referente à sociologia das religiões e a teoria da Análise de Discurso francesa para interpretar a fala do referido pastor. Temos como *questão* a reprodução - legitimada pelo discurso bíblico-teológico - do conservadorismo cultural e político fixado em questões da moral judaico-cristã numa versão evangélica contemporânea.

A RELIGIÃO E RELIGIOSIDADES DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO.

As Ciências Sociais compreendem que o conhecimento, os valores e as instituições religiosas são frutos dos contextos históricos e sociais sujeitas às suas dinâmicas. Todavia, as lideranças religiosas também são agentes dessa dinâmica, pois estimulam inércias ou mudanças sociais e políticas, uma vez que sugerem aos adeptos certo tipo de comportamento individual e também coletivo.

A partir deste pressuposto, se faz necessário compreender a religião e religiosidades a partir das relações sociais concretas, não apenas em seu aspecto fenomênico, numa tentativa de definição genérica da religião e suas expressões. É de fundamental importância analisar como a religião e religiosidades relacionam-se com os mais diversificados setores da sociedade, principalmente nas estruturas de poder. Desta forma, estudar a religião a partir dos pressupostos do estrutural-funcionalismo não aborda inúmeras questões fundamentais da relação: religião e sociedade.

Tomemos como exemplo Émile Durkheim, autor clássico da sociologia e que tem a religião como questão fundamental em seus estudos sobre a sociedade, e que se estabelece como paradigma para inúmeros outros estudos acerca da religião. Para Durkheim a religião cumpre um papel de coesão social e de manifestação dos anseios coletivos. A partir de seu trabalho *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (2000), coerentemente com sua teoria e método, procura encontrar os elementos comuns das religiões a partir do totemismo

australiano (conf. Hervieu-Léger; Willaime, 2009, p. 185). Para Durkheim, a religião é “um sistema solidário de crenças relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas, interditas, crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos aqueles que a ela aderem”. Diferentemente da magia, que é “igualmente um dispositivo, sem dúvida mais rudimentar (segundo Durkheim) porque mais diretamente instrumental, de crenças e de ritos [...]. As crenças mágicas não têm como efeito ligar uns aos outros os homens que a elas aderem” (Idem, p. 183), sendo, portanto, a magia uma forma de religiosidade *primitiva*, e a religião um processo evoluído.

No entanto, em *A Economia das Trocas Simbólicas* (2004), Pierre Bourdieu chama atenção para a análise estrutural-funcionalista de Durkheim. Afirma que ele trata a religião como um sistema linguístico, possuindo a função de comunicação, bem como um instrumento de conhecimento, tornando dessa forma, a sociologia da religião em uma dimensão da sociologia do conhecimento (Bourdieu, 2004, p. 28). Bourdieu afirma que essa metodologia tem a “propensão de deixar de lado ao menos a título provisório a questão das funções econômicas e sociais dos sistemas míticos, rituais e religiosos submetidos à análise” (Bourdieu, 2004, p. 29).

Mediante a crítica de Bourdieu percebemos essa relação, pois a economia, a política e a religião são formas imbricadas de poder. Sobre isso, o referido autor afirmou que

Estas “funções sociais” tendem sempre a se transformarem em funções políticas na medida em que a função lógica de ordenamento do mundo que o mito preenchia de maneira socialmente indiferenciada operando uma *diacrisis* ao mesmo tempo arbitrária e sistemática no universo das coisas, subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças, ou seja, na medida em que as divisões efetuadas pela ideologia religiosa vêm recobrir (no duplo sentido do termo) as divisões sociais em grupos ou classes concorrentes ou antagônicas (Bourdieu, 2004, p. 30, grifo do autor).

Sendo a religião um fenômeno estruturado, mas também estruturante da realidade social (Conf. Bourdieu, 2000, p. 9) é possível perceber como se dá o processo de reprodução ou ruptura social a partir das orientações das lideranças religiosas e das práticas dos fieis em uma comunidade local.

Por conseguinte, o discurso do líder religioso não será analisado como transmissor de informações, com simples caráter *explicativo*, mas como já afirmou Otto Maduro (1983, p. 44), como fenômeno social que possui relações com o ambiente e está situado no tempo e espaço, influenciando e sendo influenciado. Para ratificar essa afirmação utilizamos a sua contribuição

Uma definição sociológica da religião é uma definição da *religião enquanto é parte da dinâmica social, influi sobre ela e dela recebe um impacto decisivo*. Uma definição sociológica da religião é uma definição da religião como fenômeno social, *fenômeno social imerso numa complexa e movimentada rede de relações sociais* (Maduro, 1983, p. 41, Grifo nosso).

Isso porque “o texto não é considerado como evidência, pois para a AD [Análise de Discurso] a linguagem não é mera comunicação e a língua tampouco transparência” (Cesario; Almeida, 2009:200). Dessa maneira, podemos afirmar que a religião não é apenas um fenômeno individual separado das relações sociais; mas, está entrelaçada na rede de interesses e conflitos sociais, estabelecendo conexão com lutas de classes e ideologias.

No contexto do século XIX, a religião fora criticada como “ópio do povo” por Karl Marx (1843), pelo fato desta colaborar com os mecanismos de dominação social, e assim, fortalecer o modelo de sociedade capitalista, tornando o povo religioso “domesticado” (Bourdieu, 2004, p. 32), distante de uma possível revolução social; um povo que aceita de bom grado o processo de exploração, sem reivindicar politicamente transformações econômicas e sociais radicais. Antes, a religião (Cristã) ensina que o fiel deve orar pelos governantes e se dedicar ao trabalho e uma vida regrada (moral) como aspetos determinantes do bom religioso, portanto, se preocupando apenas com sua vida ascética e piedosa, deixando as questões seculares de lado, sem que estas venham interferir na vida religiosa. Nesse sentido, é legítima a compreensão de que a religião é um instrumento de conservação da ordem, e sobre isso, Bourdieu afirma:

Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2004, p. 32, grifo do autor).

Percebemos então que a religião é ou pode se tornar um instrumento de legitimação de poder e dominação ao desestimular uma postura politicamente crítica e revolucionária da ordem social, e também ocultar (consciente ou inconscientemente) as verdadeiras causas da dinâmica social e seus conflitos, atribuindo tão somente às explicações religiosas, de caráter moral.

Nesse sentido é que se torna importante a análise do real envolvimento político que a religião tem desempenhado no meio social ou na constituição do sistema cultural. Ou, nas palavras de Bourdieu

Basta reformular a questão posta por Durkheim a respeito das “funções

sociais” que a religião cumpre em favor do “corpo social” como um todo em termos da questão das *funções políticas* que a religião cumpre em favor das diferentes classes sociais de uma determinada formação social, em virtude de sua eficácia propriamente simbólica (Bourdieu, 2004, p. 33, grifo do autor).

Outrora dissemos que a religião não é apenas um fenômeno individual, mas que está imerso em uma rede de relações sociais e culturais; contudo podemos afirmar que a religião não se define apenas como instituição política e social, mas também como um fenômeno “antropológico existencial” (Bauman, 1998, p. 209), que confere ao ser humano sentido existencial e social por meio dos ritos e símbolos. Dessa maneira, entendemos que a religião se manifesta no âmbito privado e também no público, pois a forma que o indivíduo se percebe no mundo será sua forma de ação nesse mundo; assim também, a forma que percebe o outro, este determinará as relações com este outro.

Desta forma a religião, do ponto de vista sociológico, é compreendida como um fenômeno social dinâmico e plural, que influencia e é também influenciada pela estrutura sociocultural. Em nosso caso, uma sociedade de classes sociais e interesses hegemônicos, na qual a religião não é isenta destas influências. Portanto, cabe à sociologia das religiões investigar quais posturas políticas os grupos religiosos tomam frente aos dilemas cotidianos. Respondendo, desta maneira, a orientação de Bourdieu sobre as “funções políticas” dos referidos grupos.

A ANÁLISE DE DISCURSO E A INTERPRETAÇÃO DA IDEOLOGIA.

Para podermos interpretar cientificamente e compreender os efeitos de sentido que um pronunciamento pastoral pode promover em seus membros, tomaremos a teoria da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, que busca investigar os efeitos de sentido e a relação que o discurso tem com a política, especialmente a AD de Michel Pêcheux, que tem por fundamento as categorias de “sujeito” e de “ideologia”, porque para a AD o que interessa não é “o que significa”, mas “como significa” (Conf. Orlandi, 1999, p. 17).

Dessa forma, o *discurso* será nosso objeto de análise, pois este não é somente uma transmissão de informações, como afirmam as teorias tradicionais da comunicação, apenas um esquema constituído de emissor, receptor e códigos. Segundo Eni P. Orlandi (1999), o discurso não é mera mensagem em si, mas o efeito que ela causa entre os locutores. Ainda afirma que o discurso é a materialidade específica da ideologia, e a materialidade específica do discurso é a língua. Ou como afirma Michel Pêcheux: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (Apud Orlandi, 1999, p. 17).

O discurso não é simplesmente troca de signos de comunicação, porque

... no funcionamento da linguagem que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. [...] A linguagem serve para comunicar e para não comunicar (Orlandi, 1999, p. 21).

Esse argumento de Orlandi se justifica, pois para AD, o discurso é o processo de movimento do enunciado e os efeitos de sentido. As palavras possuem cargas significativas, portanto, a interpretação não é única. Ela é manifestada desde a enunciação até a recepção pelo ouvinte, mas afirma Orlandi: “não existe linearidade entre emissor e receptor” (1999, p. 21), isto é, os efeitos de sentido são assegurados pela ideologia dominante. Assim, todo discurso possui uma ideologia que interpela o indivíduo em sujeito, conforme a contribuição de Louis Althusser (1983).

Orlandi ainda nos chama a atenção para a existência de uma restrição no processo de interpretação, pois há “formas de controle da interpretação que são historicamente determinadas” (1999, p. 10) Em nosso caso, o “especialista da interpretação” é o pastor Davi, líder da Comunidade religiosa, filho do fundador da mesma, o pastor Samuel de Souza; e podemos chamá-los de “profissionais da ideologia” (Conf. Althusser, 1983, p. 79).

Davi de Souza é o sujeito da interpretação e do discurso acerca do voto nas eleições de 2010 para presidente e, no entanto, se apresenta como representante de Deus, pois afirma que vai “*comunicar com precisão aquilo que Deus tem colocado em nosso coração*”. Aqui se estabelece um local importante para a *condição de produção* do discurso, que é de suma importância para o efeito de sentido e de assujeitamento dos ouvintes, que por sua vez, são líderes de células e ministérios; e estes, posteriormente, repassarão as informações e ideologias ao restante da comunidade formada em células.

A *condição de produção* tem como contexto imediato a reunião de líderes ministrada pelo pastor titular da igreja, que possui autoridade legitimada pelo sacerdócio e pela representação do Sagrado, como ordenamento divino. Logo, sua mensagem, na verdade, torna-se uma mensagem sagrada e, como tal, inquestionável.

A partir da AD, o discurso não se resume ao texto pronunciado pelo líder, mas as formações discursivas presentes na fala em articulação com a ideologia produzem um movimento que está para além do texto aparentemente transparente, porque “o discurso é

efeito de sentido entre os locutores” (Orlandi, 1999, p. 21).

O pronunciamento foi previamente escrito, pois foi lido aos membros, com interpolações durante a fala que serviram para reafirmar os argumentos. Se fora ou não escrito pelo próprio pastor não tem relevância, pois uma vez pronunciada por ele, tornou-se apropriação dele. Durante o pronunciamento fora pedido que houvesse a repetição de algumas frases de efeito e versículos Bíblicos por parte dos ouvintes, como forma de ratificação e concordância ao discurso, como por exemplo:

[Gostaria que você lesse comigo nessa noite, todos bem forte. Pv. 29:2, vamos lá]¹⁰: ‘Quando os justos governam, o povo vive feliz; porém quando um homem mau domina, o povo sofre’; ‘Os pecados da nossa nação precisam ser encarados como os ‘nossos pecados’ [diga comigo: os nossos pecados]’; ‘[eu quero que você diga para alguém do seu lado: ‘exerça o poder que Deus já colocou em suas mãos’, diga para alguém do seu lado: ‘não se abstenha, não se omita’]’; ‘[diga para alguém: ‘informe-se’ e diga: ‘faça isso em nome de Jesus’. Amém? Você tem o direito de fazer isso].

O efeito de sentido dessa repetição funciona como processo de apropriação e confirmação do discurso proferido. Com essas repetições, tanto por parte do emissor, quanto por parte dos receptores, verificamos o processo de *interpelação* promovida pela ideologia. Isto é, no momento em que o líder religioso convoca os ouvintes a pronunciarem com suas próprias vozes as frases já produzidas por ele mesmo, torna-se *evidente* para os ouvintes o seu papel de ação, ou seja, passam de indivíduos a “sujeitos assujeitados”. Tomando a contribuição de Althusser em seu livro: *Aparelhos Ideológicos de Estado*, ele afirma que

As ideias desaparecem enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida mesmo em que se evidencia que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por aparelho ideológico. O sujeito, portanto atua enquanto agente do seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico matéria, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, praticas essas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença [...] E enunciamos duas teses simultâneas: 1. Só há prática através de e sob uma ideologia; 2. Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. (Althusser, 1983, p. 92-93).

No que se refere ao contexto amplo, temos por interesse a conjuntura socio-histórica. O pronunciamento acontece a menos de um mês para as eleições presidenciais de 2010, processo de sufrágio em uma democracia representativa. Regime político reconquistado com muitas lutas por um período de vinte e um anos de Ditadura Militar que compreender o período de 1964-1985.

O Brasil passou por um regime de Ditadura Militar de 1964 a 1985, em 1988 aconteceu a Assembleia Constituinte, após o processo de redemocratização para promulgar uma nova Constituição Federal e o restabelecimento do sufrágio universal, além dos Direitos Fundamentais.

Em 1989 houve o início dos processos eleitorais democráticos por eleição por votação direta. Nesse ano houve a maior disputa de partidos políticos para presidência da república, totalizando o número de vinte e dois candidatos oficiais, sendo eleito presidente da República Fernando Collor de Melo (PRN) e, Lula (PT) ficando em segundo lugar. Os novos pleitos eleitorais para a presidência ocorreram nos anos de 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010, nesse último temos os aspectos relacionados nesse trabalho.

No ano de 2010, três partidos despontavam no período eleitoral, eram eles: PT, com Dilma Rousseff, PSDB com José Serra e PV com Marina Silva. Outros partidos que concorreram à presidência, mas com baixa expressividade foram: PRTB (Levy Fidelix), PSDC (José Maria Eymael), PSTU (Zé Maria de Almeida), PCB (Ivan Pinheiro), PCO (Rui Costa Pimenta) e PSOL (Plínio de Arruda Sampaio). Podemos dizer que a disputa estava acirrada, especificamente para os três primeiros partidos políticos.

Durante todo o período eleitoral, Dilma Rousseff liderou as pesquisas, e isso apontava mais um mandato do PT no governo, isto é, doze anos do partido de esquerda no governo brasileiro. O PSDB com José Serra, segundo lugar em todo o período, investiu de várias maneiras para denegrir a pessoa de Dilma e de seu partido. E não esteve só, houve um movimento de igrejas cristãs (católicos e evangélicos) que se mobilizaram no intuito de disseminar medo e rejeição contra Dilma. Circularam na *internet e-mails* argumentando que o vice-presidente de Dilma, Michel Temer (PMDB), tinha pacto com o Satanás e que Dilma escondia uma doença terminal, logo seria, obviamente, substituída por seu vice, e com isso, um “pactuado com Diabo” governaria o país.

Por meio do interdiscurso podemos recorrer à história e perceber discursos semelhantes, o já-dito que afeta ou reforça outros discursos. Orlandi afirma que

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva. O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (Orlandi, 1999, p. 31).

A partir desta teoria recorreremos à história da política brasileira e encontramos nas

eleições de 1989, que Lula fora chamado de comunista e, segundo o senso comum da época imposto pelos opositores: casas, carros e bens, em geral, seriam obrigatoriamente divididos com todas as pessoas, não haveria mais propriedade privada. Isto é, uma ideologia no sentido marxista de inversão e ocultamento da realidade, pois, tais casos não faziam e não fazem parte da política comunista. Nas eleições de 2002, nos horários eleitorais, a atriz Regina Duarte, da Rede Globo, aparecia dizendo: “tô com medo, faz tempo que não tinha esse sentimento”, se referindo à possibilidade de Lula ganhar a eleição, e defendendo a candidatura de José Serra¹¹.

O interdiscurso é marcado pelo esquecimento, conforme explica Orlandi (1999, p. 34). E o esquecimento que identificamos no pronunciamento do pastor Davi é *esquecimento ideológico*, que é “da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade retomamos sentidos preexistentes” (Orlandi, 1999, p. 35). Essa forma de esquecimento se manifesta quando o referido pastor afirma:

[eu vou fazer a leitura de um material que nós elaboramos]; Nos últimos meses surgiu um movimento no meio cristão em todo o Brasil, envolvendo as igrejas Evangélica e Católica, relacionado ao momento político que o país vive e às leis já citadas. Alguns pastores e também padres têm manifestado publicamente sua posição orientado as pessoas a não agirem passivamente nesse momento da nossa história.

O discurso se apresenta como um movimento atual, único e específico sem nenhuma relação com o passado de luta contra o partido de esquerda. Enquanto que nas eleições de 1989 o principal argumento contra o Partido dos Trabalhadores era o *medo* referente ao comunismo e suas consequências, agora o *medo* é criado sob bases religiosas do *pecado* e *juízo divino* envolvendo projetos de lei defendidos e/ou criado pelo PT e outros partidos aliados.

A estrutura do texto, produzido pelo líder religioso, é composta por uma introdução com referencia às possíveis influências que o resultado das eleições podem ocasionar na vida e prática cristã. Em seguida, uma rápida apresentação de cinco projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e suas principais consequências “*iníquas*”, “*que fere a moralidade e afronta os princípios da Palavra de Deus*”. Logo após, apresenta a “*visão Bíblica*” expondo referências Bíblicas que tratam sobre o *pecado* e *arrependimento*, além das estórias do dilúvio e de Sodoma e Gomorra. Depois aborda sobre o “*papel da Igreja*” e suas “*responsabilidades*”. Enquanto papel da Igreja, entende-se que “*É por meio da Igreja que Deus manifesta a Sua vontade na terra [quem crê, diga amém]. Ela foi chamada e*

estabelecida por Ele para ser 'sal e luz' e para que os homens [todos os homens] vejam as obras de Deus [na face da terra] (Mt 5:14-16)". E enquanto responsabilidades são apresentadas especificamente duas: Arrepende-se pelo pecado da nação e "posicionar-se corretamente", isso significa votar em candidatos que não estão vinculados aos referidos projetos de lei, e não votar em candidatos que defendem tais projetos "que fere a moralidade e afronta os princípios de Deus".

A formação discursiva presente nesse texto se dá pela relação entre pecados "da nação" e ação da igreja como manifestação da vontade de Deus. Esta ação aparece como religiosa e prática. Enquanto religiosa, assume-se os pecados da nação e confessa-os, portanto, arrependimento pela nação. Enquanto prática, não votar em candidatos que defendem leis que ferem a moral cristã. O discurso presente é de que os cristãos (os membros da Comunidade Nova Aliança) tem a responsabilidade de salvar a nação brasileira da iniquidade que provoca o juízo de Deus, isso por que "as Escrituras afirmam que quando o pecado não é tratado como tal, a iniquidade se multiplica. O apóstolo Paulo declara em Efésios 5:6 que a ira de Deus se manifesta sobre os "filhos da desobediência". Entenda-se "Ira de Deus" como o zelo de um Deus amoroso, Puro e Santo, cuja natureza jamais pode conviver com o pecado".

O enunciado possui algumas contradições, isso porque a linguagem não está isenta de equívocos e falhas, contudo, algumas contradições são propositais, pois proporcionam efeitos de sentido desejáveis. No pronunciamento o pastor Davi afirma:

O apóstolo Paulo declara em Efésios 5:6 que a ira de Deus se manifesta sobre os "filhos da desobediência". Entenda-se "Ira de Deus" como o zelo de um Deus amoroso, Puro e Santo, cuja natureza jamais pode conviver com o pecado". Logo abaixo ele diz: "Como cidadãos brasileiros, amamos o nosso país e não queremos ver a [a nossa nação debaixo do julgo do nosso Deus] ~~mesma coisa acontecer~~¹².

"Zelo de um Deus amoroso" tem a conotação de cuidado, proteção, compaixão, é uma forma de advogar a figura paternal e amorosa de Deus. No entanto, na segunda frase é afirmado um Deus que julga, condena e que possui um julgo pesado. A parte omitida no discurso ("mesma coisa acontecer") se refere ao dilúvio que segundo o texto bíblico destruiu a Terra, sobrevivendo somente Noé e sua família e os casais de animais que entraram na arca, e também a destruição de Sodoma e Gomorra com fogo e enxofre. Assim, ora Deus é apresentado como bondoso e amoroso, ora é apresentado como vingativo e destruidor.

Em outro momento ele afirma acerca da não indução dos fieis acerca da votação e

diz:

Entendermos que não é papel da Igreja fazer campanha ou induzir os fiéis a votarem neste ou naquele candidato. Porém sabemos que parte da nossa missão é abrir os olhos do rebanho quanto a determinadas ameaças que o sistema do mundo nos oferece. Não se trata de promover a “satanização” desse ou daquele partido [como muitos estão dizendo, declarando sobre o movimento cristão que está acontecendo nos meios de comunicação, na internet] ou candidato, mas de ocupar o espaço que a democracia nos oferece como cidadãos, assumindo uma postura definida e clara contra aquilo que o atual governo tem proposto através do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), (Grifo nosso).

Ao que se refere “*não é papel da Igreja fazer campanha ou induzir os fiéis a votarem neste ou naquele candidato*”, é contraditório com toda a lógica argumentativa do discurso, pois não acontece a indicação para quem se deve votar, mas é explícita a indicação em quem NÃO votar, no caso, em Dilma e qualquer candidato do PT, pois ele afirma:

Sabemos que todos os partidos, sem exceção, possuem políticos e candidatos declaradamente favoráveis a tais propostas [leis iníquas: casamento de homossexuais, criminalização da homofobia, retirada de símbolos cristãos de departamentos públicos, pagamento de impostos por parte das igrejas etc.], [gostaria que você prestasse atenção nisso] porém o único que abertamente fechou questão sobre esses assuntos foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se, portanto, de um posicionamento ideológico, com o qual não podemos [e não vamos] compactuar. (grifo nosso).

Quando ele afirma que “*Não se trata de promover a ‘satanização’ desse ou daquele partido [como muitos estão dizendo, declarando sobre o movimento cristão que está acontecendo nos meios de comunicação, na internet] ou candidato*”, torna-se contraditório com a postura maniqueísta que se faz presente no discurso ao iniciar com o versículo bíblico: “Quando os justos governam, o povo vive feliz; porém quando um homem mau domina, o povo sofre” (Provérbios 29:2). Que define como “homem mau” aqueles que estão de acordo com as leis iníquas e que dessa forma provocam o julgamento divino e a destruição da nação como fez com Sodoma e Gomorra.

De fato, não há nenhuma expressão explícita que indica algum candidato a ser votado pelos cristãos. Contudo, é da cultura popular brasileira *não perder o voto*, isto é, não votar em quem vai perder a eleição. No pleito de 2010, os três partidos que havia entre eles concorrência direta era o PT, PSDB e PV. Assim, não votar no PT, sobraria apenas o PSDB e o PV como possíveis escolhas. Mas o mais importante a se destacar é que José Serra se mostrou como um exímio cristão católico, frequentando missas constantemente e se fazendo ser fotografado e filmado, além de se posicionar abertamente contra a

descriminalização do aborto (uma das leis *iniquas*).

Outra “*lei iniqua*” é o que ele chamou de “*lei da mordaca*” que segundo a interpretação do “*movimento de cristãos*” se refere a

PL 122/06: Mais conhecido como ‘Lei da Mordaca’, pretende tornar criminosa e penalizar severamente qualquer tipo de manifestação que caracterize “discriminação” contra a prática da homossexualidade. Se aprovada, o projeto atentará contra a liberdade de expressão garantida a todo cidadão pela nossa Constituição. Na prática tal projeto imporá sobre as igrejas a aprovação e realização, por exemplo, de solenidades como o casamento entre homem/homem e mulher/mulher [entre homossexuais]”.

Assim, o referido líder religioso tem por interesse a liberdade de manifestar sua postura contra o casamento e direitos dos homossexuais, além de ser o detentor de uma verdade inspirada divinamente em favor da *família e bons costumes* e que não “*agrada a moral e os princípios divinos*”. Sobre isso Michel Foucault afirma que

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2010, p.10).

Assim, toda manifestação e argumentação estão referidas a possessão da liberdade e do discurso, ou seja, o poder ideológico em um aparelho de Estado, a Igreja/religião. Mas para isso, é necessário que representantes eleitos defendam tais posturas e não permitam a aprovação da legislação que supostamente bloqueia a manutenção do discurso moralista.

Em momento algum fora pronunciado sobre as relações de igualdade/desigualdade, justiça/injustiça e liberdade/opressão/exploração entre a população desta “*nação*”. Houve um silenciamento absoluto das formas de opressão e exploração, de políticas públicas no que concerne a educação, saúde, trabalho e renda. Logo, todo o aparato ideológico acerca de uma postura política se dá pela moral judaico-cristã de uma tradição conservadora, pois nem todas as correntes teológicas do cristianismo se posicionam desta maneira e tem as mesmas interpretações dos textos Bíblicos citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir desse discurso religioso fica explícito que o mais importante para uma ala da igreja evangélica não são as relações sociais materiais, mas a defesa de uma ideologia baseada em uma determinada interpretação bíblica no simples campo da moral e dos bons-costumes, isto é, a defesa de interesses corporativos. Outra observação que podemos citar mediante esta análise é que o discurso do líder religioso não está isento dos pressupostos ideológicos da política conservadora, pois as relações de produção capitalista, trabalho precarizado, mercado especulativo altamente destruidor da economia de uma nação, não são questionados, sendo esta uma das bases do *neoliberalismo*. O suposto que está por trás dessa ideologia é que basta os homens viverem honestamente, baseados nos valores da família e dos bons-costumes cristãos, que Deus ira honrar e os problemas serão resolvidos.

Para conseguir seus objetivos o líder religioso utiliza-se do *medo* como um instrumento fundamental de controle e manipulação. Nesse caso, o medo foi estimulado de duas formas, primeiro o medo do julgamento de Deus: “*pode destruir nossa nação*”, caso as “*leis iniquas*” sejam efetivadas. O segundo está na dita “*Lei da mordança*” que irá silenciar os líderes religiosos, sob pena de prisão, que se manifestarem contra casamentos do mesmo sexo e condenação do aborto. Desta forma a articulação política se apresenta como instrumento para manter o poder e controle da vida e dos corpos.

Desta forma, a figura de um líder religioso é de suma importância para o processo político, pois ele influencia nas subjetividades, (re)formando a consciência individual e social, a qual implicará diretamente na cosmovisão dos indivíduos em suas práticas religiosas e políticas, ou seja, sua relação com o Sagrado e também com as instituições sociais.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Lanza. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana; End. Eletrônico: edson_londrina@hotmail.com.

² Ricardo Mariano sistematiza os índices de crescimento dos evangélicos no Brasil baseado em dados do IBGE da seguinte maneira: “Conforme os Censos Demográficos do IBGE, os evangélicos perfaziam apenas 2,6% da população brasileira na década de 1940. Avançaram para 3,4% em 1950, 4% em 1960, 5,2% em 1970, 6,6% em 1980, 9% em 1991 e 15,4% em 2000, ano em que somava 26.184.941 de pessoas. O aumento de 6,4 pontos percentuais e a taxa de crescimento médio anual de 7,9% do conjunto dos evangélicos entre 1991 e 2000 (taxa superior às obtidas nas décadas anteriores) indicam que a expansão evangélica acelerou-se ainda mais no último decênio do século XX” (Mariano, 2004, p. 121).

³ Ricardo Mariano afirma que “Na América Latina, o termo evangélico abrange as igrejas protestantes históricas, as pentecostais, e as neopentecostais” (2004, p. 134). Concordamos com Mariano, pois no Brasil convencionou-se a se identificar como evangélico todo cristão advindo da matriz Protestante.

⁴ Site de notícias do mundo evangélico: <<http://gospelmais.com.br/>>. Acessado em: 05 abr. 2012.

⁵ <www.inabrazil.org>.

⁶ O curso de Teologia e o Doutorado em Ministério foram cursados na Faculdade Teológica Sul Americana. Esta faculdade é interdenominacional, adota o *Pacto de Lausanne* como referencial doutrinário, e a *Teologia*

da *Missão Integral* como referencial teológico. O Doutorado em Ministério que é citado em sua apresentação, na verdade é um curso de pós-graduação lato sensu. Este curso vem das faculdades teológicas norte-americanas, válido apenas em ambiente intra-eclesial.

⁷ Veja em <<http://www.mfi-online.org/>>.

⁸ “Igrejas em células” é uma forma mais ou menos recente de administração e organização da igreja, constitui-se uma hierarquia, onde o pastor titular é o principal líder e, abaixo dele toda uma sequência de lideranças no intuito de “pastorear” a todos.

⁹ Ambos estão disponíveis no site da Comunidade: <http://inabrazil.org/artigos/2010/9/politica--eleicoes-2010_1213.html>.

¹⁰ Frases entre colchetes são as interpolações que não se fazem presente no texto escrito, mas apareceram durante o pronunciamento.

¹¹ Veja a propaganda na íntegra em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DEeNSkXn5mY>>. Acesso em 08/04/2012.

¹² As palavras tachadas se referem ao texto escrito, mas silenciado durante o pronunciamento verbal.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998.

BERGER, Peter. A Dessecularização do Mundo: uma visão global. *Revista: Religião e Sociedade*, vol. 21, n. 1, Rio de Janeiro, 2000, p. 9-23.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Coleção Estudos, 20, 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CESARIO, Ana Cleide C. & ALMEIDA, Ana Maria C. memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”. In: KATUTA, Ângela M. (ORG). *Geografia e mídia impressa*. Londrina: Moriá, 2009, p. 199-214.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 20ª edição. São Paulo: Loyola, 2010.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e Religião: Abordagens Clássicas*. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classes*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARRAMAO, Giacomo. *Poder e Secularização*. São Paulo: Edunesp, 1995.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais, Sociologia do novo pentecostalismo brasileiro*. 3º ed. São Paulo: Loyola, 2010.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimento*. Campinas: Pontes, 1999.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

MINISTERS FELLOWSHIP INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.mfi-online.org/>. Acesso em: 17/04/12.

IGREJA NOVA ALIANÇA. Disponível em: http://inabrazil.org/artigos/2010/9/politica--eleicoes-2010_1213.html. Acesso em: 27/03/2012.

MARX, Karl. *Critica da Filosofia do Direito de Hegel*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/index.htm>. Acesso em: 15/11/2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão Pentecostal no Brasil: o caso da igreja Universal. In: *Estudos Avançados*, vol.18, n. 52, São Paulo, 2004, p. 121-138. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20/04/2012.

MARTINS, Dan. Bancada Evangélica: Saiba qual igreja cada um dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica frequenta. In: *Gospel mais*. Disponível em: <http://noticias.gospelmais.com.br/qual-igreja-deputados-bancada-evangelica-frequenta-32574.html>. Acesso em: 05/04/2012.